

Ser Igreja a partir da Igreja Local

Stanley Sol.



Vaticano II
Sinodalidade
Diocesaneidade

A valorização da
SINODALIDADE e,
consequentemente, da
DIOCESANEIDADE é uma das
mais evidentes marcas do
Vaticano II.



O Jubileu 2025 convida a revisitar o Vaticano II:

“A peregrinação rumo ao Jubileu poderá reforçar e exprimir o caminho comum que a Igreja é chamada a empreender para ser, cada vez mais e melhor, sinal e instrumento de unidade na harmonia das diversidades. **As quatro Constituições do Concílio Ecumênico Vaticano II, juntamente com o magistério destes decênios, continuarão a orientar e guiar o santo povo de Deus, a fim de que progrida na missão de levar a todos o jubiloso anúncio do Evangelho”.**

(CARTA DO PAPA FRANCISCO AO ARCEBISPO RINO FISICHELLA PELO JUBILEU 2025, 11.02.2022)

Vaticano II:

Sentimentos...

Ressentimentos...

Discernimento!



No século XX, século do Vaticano II, a Igreja, entendendo melhor seu papel no mundo, passou dos autoconceitos de:

Perfectae Societati (1917)

Supremii Ministerii (1950) e

Mater et Magistra (1961) para

Humani generis ancillam (1965).

Foi uma verdadeira revolução eclesiológica. Agora, ao invés de todas as atenções da Igreja estarem voltadas para a hierarquia, sua atenção estará voltada para o Povo de Deus, rico em carismas, dons do Espírito Santo.

O papa Francisco insiste em continuar o caminho do Concílio Vaticano II, o que, não raras vezes, tem gerado reações contrárias. Quando se escuta o Papa Francisco se reconhece claramente que as suas referências são aquelas Conciliares..

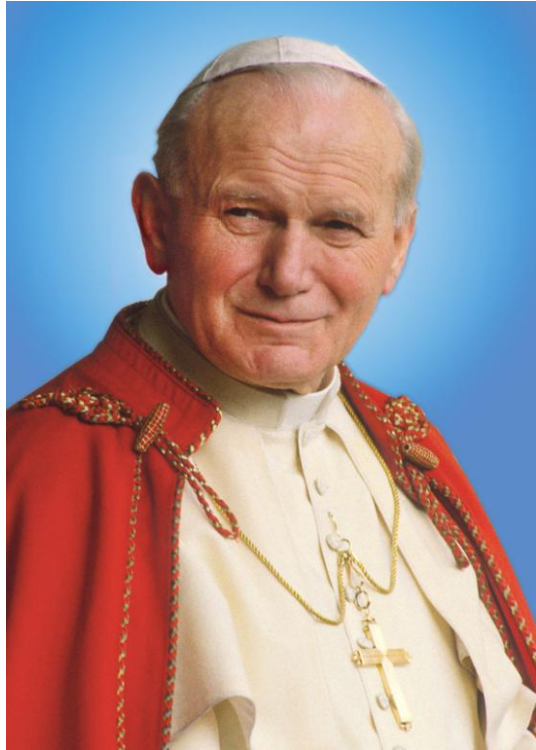


“Vocês sabem que o dever do Conclave era dar um **Bispo a Roma**.

Parece que os meus irmãos cardeais foram buscá-lo quase ao fim do mundo? Eis-me aqui!

Agradeço-vos o acolhimento: **a comunidade diocesana de Roma tem o seu Bispo**. Obrigado!”

13.03.2013



“Quanta riqueza, amados irmãos e irmãs, nas diretrizes que o Concílio Vaticano II nos deu! À medida que passam os anos, **aqueles textos não perdem o seu valor nem a sua beleza**. É necessário fazê-los ler de forma tal que possam ser conhecidos e assimilados. Sinto ainda mais intensamente o dever de indicar o Concílio como *a grande graça de que beneficiou a Igreja no século XX*: nele se encontra **uma bússola segura para nos orientar no caminho do século que começa**”.

(NOVO MILLENNIO INEUNTE, 57)

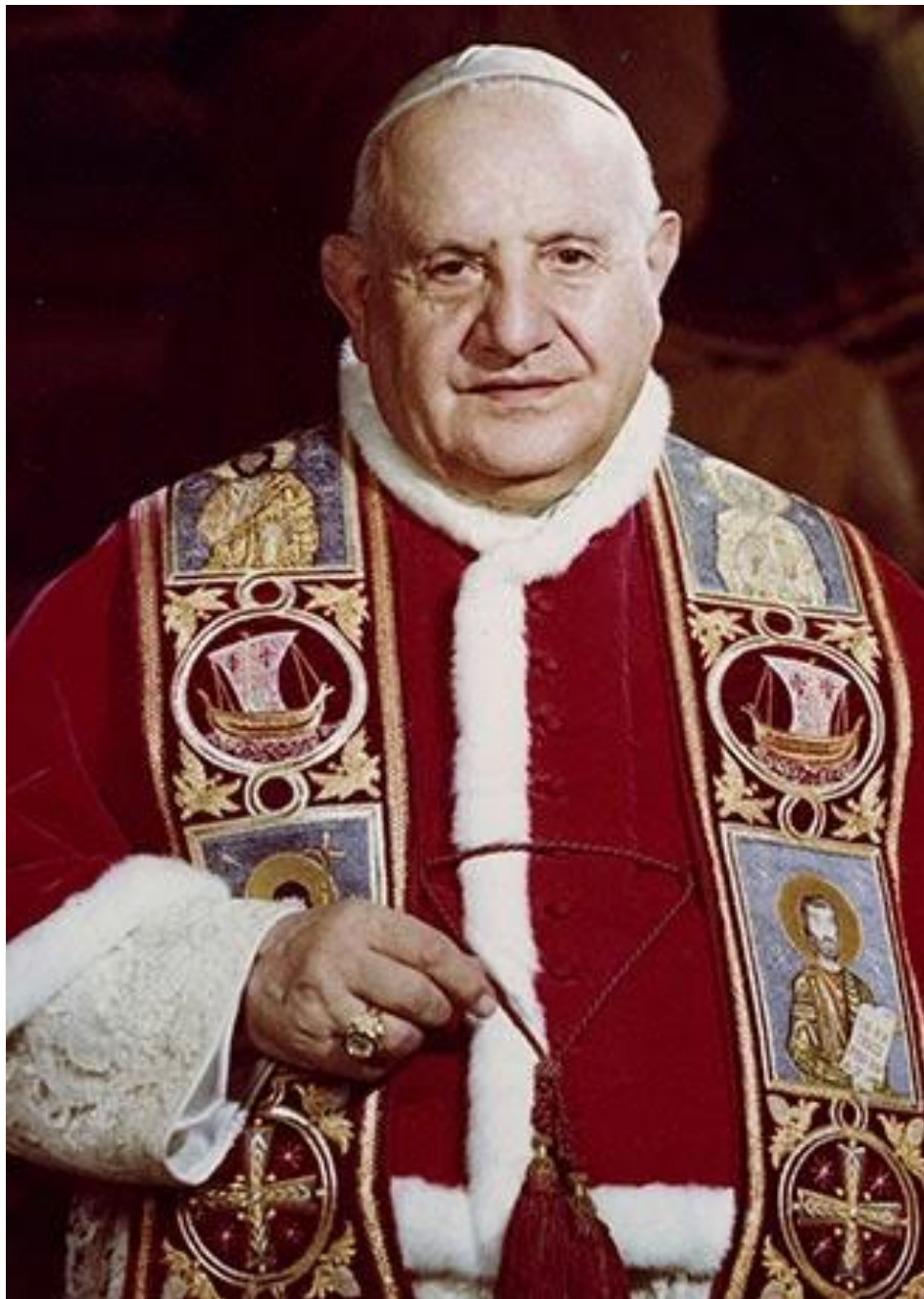
“Eu, ao preparar-me para o serviço que é próprio do Sucessor de Pedro, **desejo afirmar com vigor a vontade decidida de prosseguir no compromisso de atuação do Concílio Vaticano II**, no seguimento dos meus Predecessores e em fiel continuidade com a bimilenária tradição da Igreja. **Com o passar dos anos, os Documentos Conciliares não perderam atualidade**; ao contrário, os seus ensinamentos revelam-se particularmente pertinentes em relação às novas situações da Igreja e da atual sociedade globalizada”.



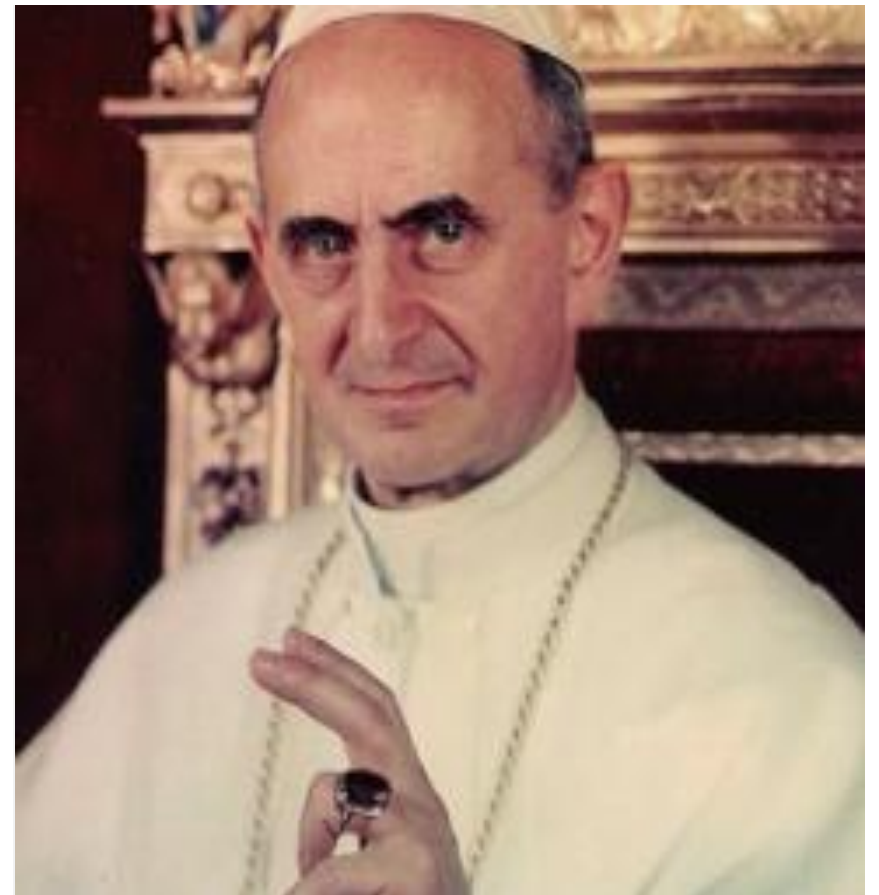
(PRIMEIRA MENSAGEM NO FINAL DA CONCELEBRAÇÃO EUCARÍSTICA COM OS CARDEAIS ELEITORES NA CAPELA SISTINA, 20/04/2005).

“Eu continuo no caminho de quem me precedeu. Eu sigo o Concílio. Quanto às opiniões, sempre é preciso distinguir o espírito com o qual são ditas. Quando não há um mau espírito, elas também ajudam a caminhar. Outras vezes, logo se vê que as críticas são feitas aqui e ali para justificar uma posição já assumida. Elas não são honestas, são feitas com mau espírito para fomentar divisão.” (17.11.2016)





Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em [CC BY-SA-NC](#)



Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em [CC BY](#)

Vaticano II

São João XXIII, no discurso de abertura do Concílio, em 11.10.1962, pôs um critério para os Padres Conciliares, que se mostrou fecundo em todas as sessões da Assembleia Conciliar. Ele disse que era preciso discordar dos «profetas da desgraça», almas, sem dúvidas, ardorosas e zelosas, mas não alimentadas com suficiente sentido de **DISCERNIMENTO** e que nos tempos atuais, disse o Papa, só viam «prevaricações e ruínas». E continuou dizendo: «agora, porém, a esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia do que o da severidade. Julga satisfazer melhor às necessidades de hoje mostrando a validez da sua doutrina do que renovando condenações». Isto foi um profético e corajoso convite à esperança cristã, ao amor que **pede à Igreja para estar entre os homens não com espírito hostil e de desconfiança, mas em atitude de reconciliação e misericórdia.**

São Paulo VI afirmou que o Vaticano II valorizou o exercício da liberdade, a consciência pessoal como direito inalienável e a importância de **LEI INTERIOR** em detrimento da lei exterior. Além disso, disse: “teremos um período de maior liberdade na vida da Igreja e na vida dos seus filhos. Isto é, de **menores obrigações legais**. Será reduzida a disciplina formal, **abolida toda intolerante arbitrariedade e todo absolutismo**. Será simplificada lei positiva e **temperado o exercício da autoridade**”.

(09.07.1969)



“Pouco temos avançado. Também o papado e as estruturas centrais da Igreja universal precisam de ouvir este apelo a uma conversão pastoral. O Concílio Vaticano II afirmou que, à semelhança das antigas Igrejas patriarcais, as conferências episcopais podem aportar uma contribuição múltipla e fecunda, para que o sentimento colegial leve a aplicações concretas. **Uma centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da Igreja e a sua dinâmica missionária**”.

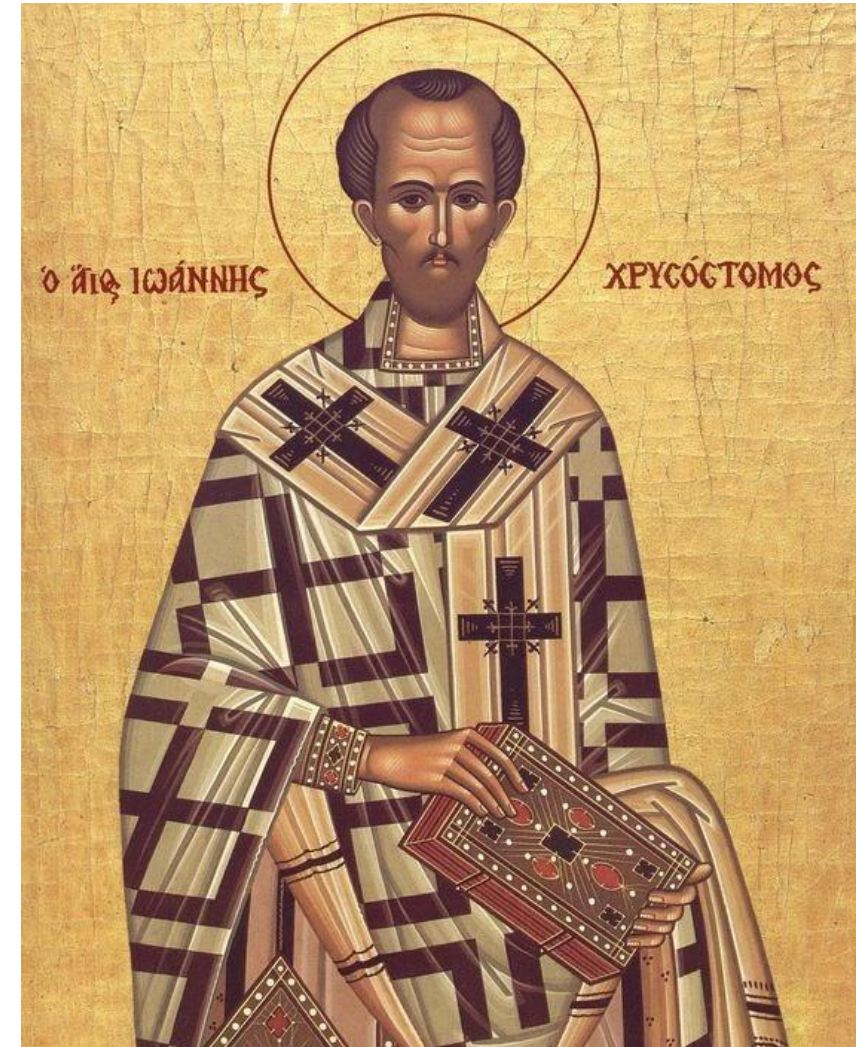
(Evangelii Gaudium, n. 32)

E, nesse atual cenário do Sínodo sobre a sinodalidade, Francisco se encontra com vozes que o acusam de semear confusão e ambiguidade e, portanto, desorientar os fiéis e conduzi-los à infidelidade. Mas o papa tem a plena convicção de que **o caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja a partir do Vaticano II.**



Vale recordar aqui que o Papa São Paulo VI, com o *Motu proprio Apostolica sollicitudo* de 15 de Setembro de 1965, instituiu o Sínodo dos Bispos para toda a Igreja, fruto da experiência conciliar. Para ele, “**o Sínodo dos Bispos devia repropor a imagem do Concílio Ecumênico e refletir o seu espírito e o seu método**”. Previa que esse organismo sinodal «com o passar do tempo, poderia ser aperfeiçoado». Vinte anos depois, São João Paulo II afirmou que «talvez este instrumento possa tornar-se ainda melhor. Que a responsabilidade colegial possa expressar-se no Sínodo de uma forma ainda mais plena» (29 de outubro de 1985).

Assim sendo, disse Francisco: “Desde o início do meu ministério como Bispo de Roma, pretendi valorizar o Sínodo, que constitui um dos legados mais preciosos da última sessão conciliar. A sinodalidade, como dimensão constitutiva da Igreja, oferece-nos o quadro interpretativo mais apropriado para compreender o próprio ministério hierárquico. Se compreendermos que, como diz São João Crisóstomo, *Igreja e Sínodo são sinônimos*, – pois a Igreja nada mais é do que este caminhar juntos” (17.10.2015).



O Sínodo ensina que se deve escutar a todos antes de fazer o DISCERNIMENTO. Este não pode ser tarefa apenas de peritos da Igreja, mas deve ser obra de toda a comunidade cristã que deixa crescer o Evangelho no solo fértil das diversas culturas. Para que isto aconteça é preciso reavivar a fé na presença do Espírito Santo também no coração dos fiéis (cf. 1Jo 2,20). Vale recordar, por exemplo, “nos primeiros séculos, o povo de Deus se mantinha fiel na ortodoxia da fé, animado pelo Espírito Santo, enquanto muitos bispos se fizeram arianos” (R. FRANGIOTTI, História das heresias, 2007, 86).

Na práxis evangelizadora, o Espírito Santo continua essa **pedagogia do discernimento**. Ele o faz ajudando a Igreja a perceber o que, no seu anúncio, pertence realmente à centralidade do Evangelho e o que pode estar marcado por ideologia, auto referencialidade, tradicionalismos, ou os mais diversos vícios sutilmente disfarçados.

O Papa Francisco, “filho” da nova orientação do Concílio, exortou aos novos bispos que:

“O discernimento é um remédio contra o imobilismo do “sempre se fez assim” ou do ‘adiar’. É um processo criativo, que não se limita a aplicar esquemas. É um antídoto à rigidez, **porque as mesmas soluções não são universalmente válidas.** É sempre o hoje perene do Ressuscitado que impõe que **não nos resignemos à repetição do passado** e tenhamos coragem de nos questionarmos se as propostas de ontem são ainda evangelicamente válidas. Não vos deixeis aprisionar pela **nostalgia de ter uma única resposta a ser aplicada a todos os casos”**.

(12.10.2019)



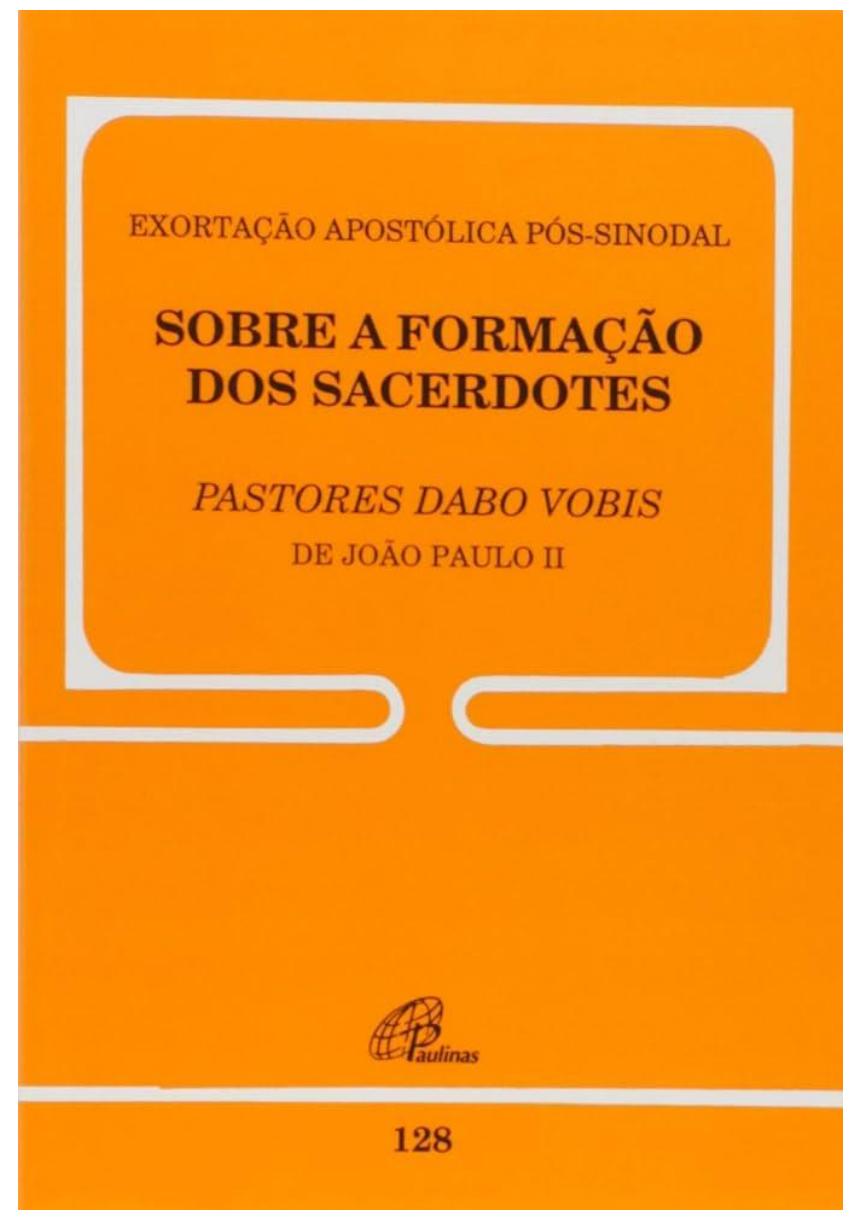
Essa temática da DIOCESANEIDADE ganha novo impulso com o atual Sínodo:

“A primeira fase nos permite compreender a importância de tomar a IGREJA LOCAL como um ponto de referência privilegiado, **como o lugar teológico onde os Batizados experimentam, em termos práticos, o caminhar juntos**. Entretanto, isso não nos leva a um fechamento. Nenhuma igreja local pode viver fora dos relacionamentos que a unem a todas as outras, incluindo o relacionamento particular com a Igreja de Roma, à qual foi confiado o serviço da unidade por meio do ministério de seu Pastor, que convocou toda a Igreja em Sínodo” (*Instrumentum laboris*, n. 11).

O Decreto *Christus Dominus* define a Igreja local ou diocese ou Igreja particular nestes termos:

“Diocese é a **porção do Povo de Deus**, que se confia a **um Bispo** para que a apascente com a colaboração do presbitério, de tal modo que, unida ao seu pastor e reunida por ele no **Espírito Santo** por meio do **Evangelho** e da **Eucaristia**, constitui uma Igreja particular, na qual está e opera a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica. Cada Bispo, a quem é confiada uma igreja particular, apascenta em nome do Senhor as suas ovelhas, sob a autoridade do Sumo Pontífice, como próprio, ordinário e imediato pastor, exercendo em favor das mesmas o múnus de ensinar, santificar e governar” (n. 11).

A referência mais antiga do termo “diocesaneidade” nos textos magisteriais está na Exortação Apostólica *Pastores dabo vobis*, de 1992 (exatamente no n. 81), usado em vista da relação dos presbíteros com o Bispo, enfatizando a ideia de uma **EXPERIÊNCIA DE PERTENÇA**.



“Qual é o centro, qual é precisamente o fulcro da espiritualidade da vida do presbítero diocesano? A **diocesaneidade**. Não podemos julgar a vida de um presbítero diocesano sem nos perguntarmos como ele vive a diocesaneidade. **E a diocesaneidade é uma experiência de pertença: tu pertences a um corpo que é a diocese.** Isto significa que não és um “líbero” - como no futebol - não és autónomo. És um homem que pertence a um corpo, que é a diocese”



*(Catedral de São Pedro, em Bolonha,
Domingo, 1º de outubro de 2017)*



“Os fiéis leigos participam na vida da Igreja, não só pondo em ação os seus ministérios e carismas, mas também de muitas outras formas. **Essa participação encontra a sua primeira e necessária expressão na vida e missão das Igrejas particulares**, das Dioceses, nas quais está verdadeiramente presente e atua a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica”

Christifideles laici, n. 5.

Igreja Particular:

a porção do povo de Deus,
Reunida no Espírito Santo,
pelo Evangelho,
E pela Eucaristia
Sob a presidência do Bispo.



Refletir sobre DIOCESANEIDADE é um convite a contemplarmos e valorizarmos nossa **Igreja Particular**, com suas “geografias” territorial, humana e espiritual, como espaço no qual podemos fazer e viver concretamente a experiência de “ser Igreja”, conscientes de que o nosso ser cristão é realizado graças à Diocese em que vivemos.



Registre-se aqui a recente Carta Pastoral de Dom Leomar Brustolin, Arcebispo de Santa Maria (RS) intitulada *“Sinodalidade e Diocesaneidade. Num só corpo, comunhão e pertença na Arquidiocese de Santa Maria”*. Ali destaca-se a compreensão de diocesaneidade: “cresce a necessidade de valorizarmos nossa Igreja local, renovando o SENSO DE PERTENÇA à diocese e à paróquia. Isso se denomina diocesaneidade”.



“Daí o sentido de diocesaneidade, isto é, do senso de pertença a uma igreja diocesana como expressão de toda a Igreja. Cada Igreja é dirigida por um bispo, e nenhuma ingerência externa deve lesar os deveres e direitos que lhe competem na relação de comunhão. Nada pode ferir a comunhão da Igreja Particular entre si e com a Igreja Universal” (Brustoli, p. 29)

Elementos constitutivos da Diocesaneidade:

a Diocese,

o Bispo diocesano,

a comunhão presbiteral,

e o Povo de Deus.

O eixo desses quatro elementos é sempre a **comunhão** originada na pertença. **A diocese é uma família**, e como tal, todos os membros são chamados a se autocompreenderem como membros desta grande família.

Formada à imagem da Igreja universal, a única Igreja Católica se constitui nas Igrejas locais (cf. LG, n. 23). São Igrejas em sentido pleno e, como tais, necessariamente missionárias. Se “a Igreja peregrina é, por natureza, missionária” (AG, n. 2) e sua missão é universal resulta que também **a Igreja local é missionária por natureza** e sua missão é universal.

“A Igreja Particular é a Igreja de Deus em sentido pleno. A Igreja Particular (diocese), contudo, **não é uma realidade separada** e, tampouco, autossuficiente. Inserida na relação de comunhão, a diocese mantém sua realidade de Igreja ao estabelecer **relações com as outras igrejas particulares** e com o Papa” (Brustolin, p. 29).

“A Igreja universal não é a soma das Igrejas particulares, nem uma federação das mesmas. À luz desta doutrina, é possível acrescentar que a **relação de mútua interioridade** – que vigora entre a Igreja universal e a Igreja particular, pela qual **as Igrejas particulares são formadas à imagem da Igreja universal, das quais e pelas quais existe a Igreja católica una e única**, reproduz-se na relação entre o Colégio Episcopal na sua totalidade e cada um dos Bispos”.

Pastores Gregis, n. 8.

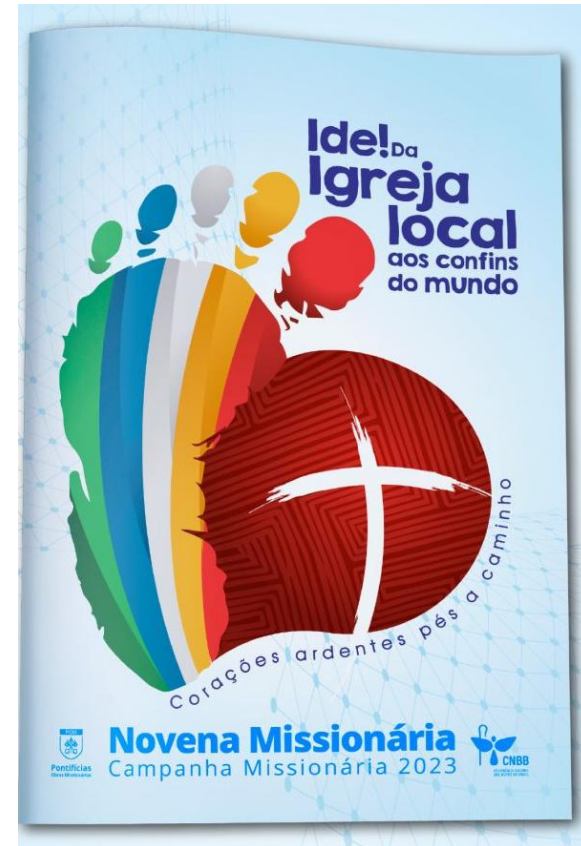


“A Igreja universal encarna-se de fato nas Igrejas particulares; e estas são constituídas por tal ou tal porção da humanidade em concreto, que fala uma determinada linguagem e é tributária de uma certa herança cultural, de uma visão do mundo, de um passado histórico e, enfim, de um substrato humano específico. A abertura para as riquezas da Igreja particular corresponde a uma sensibilidade especial do homem contemporâneo” (*EVANGELII NUNTIANDI, n. 62*)



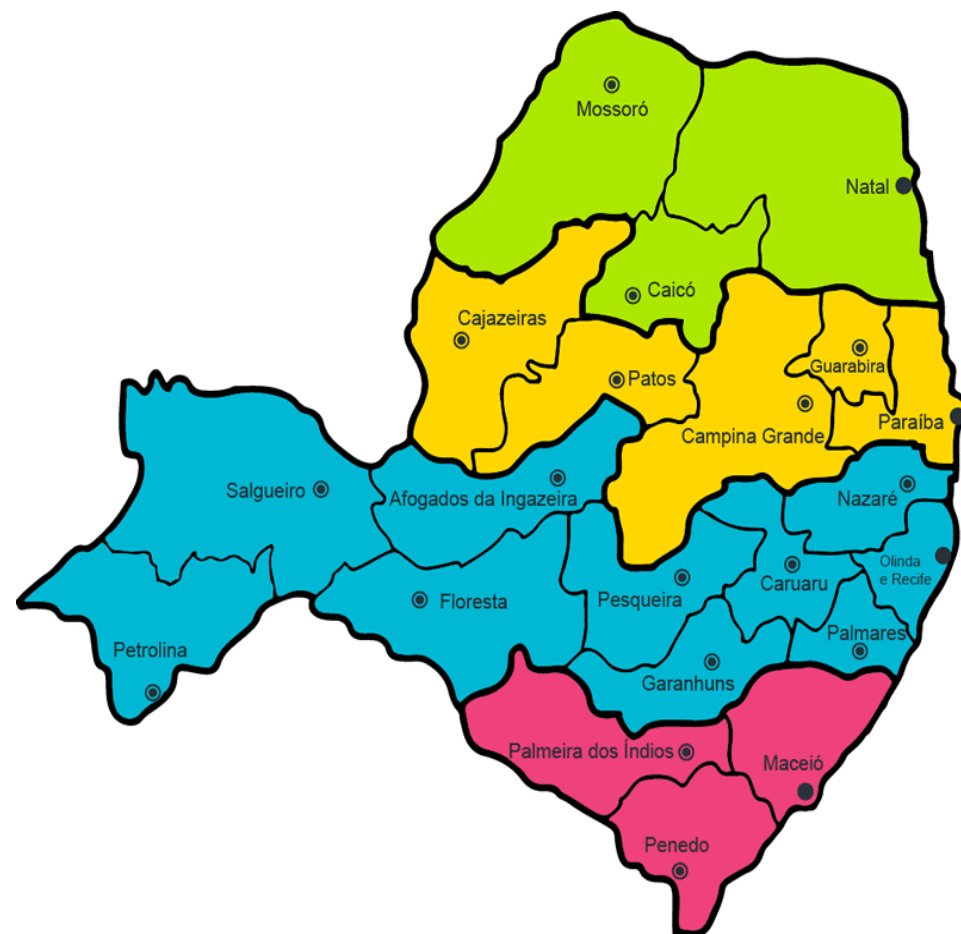
Desta forma, os sucessos do **Plano Pastoral de uma Igreja Local** são os sucessos de toda a **missão da Igreja Universal**:

“O que se realiza aqui, aparentemente pequeno como o voar de uma borboleta, reverbera, repercute e realiza a missão da Igreja em todo o mundo. Isso acontece mais ainda se este Plano Pastoral levanta os olhos e vê mais longe, para além dos seus próprios problemas e busca dar respostas a estes mesmos desafios! A igreja local existe para evangelizar, ou seja, para pregar e ensinar, ser o canal do dom da graça, reconciliar os pecadores com Deus e perpetuar o sacrifício de Cristo na santa missa, que é o memorial da sua morte e gloriosa ressurreição” (Cf. 4º dia da Novena Missionária 2023).



Daqui deriva a **relação de diocesaneidade com sinodalidade**. O sentido de pertença se associa ao compromisso de **caminhar juntos**, superando toda tentação de "carreira solo". Pode-se dizer que a sinodalidade é uma expressão concreta da eclesiologia de comunhão.

“Cada Igreja particular, porção da Igreja Católica sob a guia do seu Bispo, está chamada à conversão missionária. Ela é o sujeito primário da evangelização, enquanto é a manifestação concreta da única Igreja num lugar da terra e, nela, está verdadeiramente presente e opera a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica. **É a Igreja encarnada num espaço concreto, dotada de todos os meios de salvação dados por Cristo, mas com um rosto local**” (EG, n. 30)



“O primeiro nível de exercício da sinodalidade realiza-se nas Igrejas particulares. Depois de recordar a nobre instituição do Sínodo diocesano, no qual presbíteros e leigos são chamados a colaborar com o bispo para o bem de toda a comunidade eclesial, o Código de Direito Canônico dedica amplo espaço aos habitualmente chamados «organismos de comunhão» da Igreja particular: o Conselho Presbiteral, o Colégio dos Consultores, o Cabido de Cônegos e o Conselho Pastoral. Só na medida em que estes organismos permanecerem ligados e partirem do povo, dos problemas do dia-a-dia, é que pode começar a tomar forma uma Igreja sinodal: tais instrumentos, que por vezes se movem com fadiga, devem ser valorizados como ocasião de **escuta e partilha**”

(Papa Francisco, nos 50 anos do Sínodo dos Bispos, *7 de Outubro de 2015*)

Assim, há diversos níveis de exercício da sinodalidade na Igreja. O primeiro realiza-se nas Igrejas particulares, com os seus vários organismos de comunhão. No segundo, estão as Províncias Eclesiásticas e as Conferências Episcopais. O terceiro nível é o da Igreja universal, com o Sínodo dos Bispos.



“Em virtude desta mesma catolicidade, cada uma das partes traz às outras e a toda a Igreja os seus dons particulares, de maneira que o todo e cada uma das partes aumentem pela comunicação mútua entre todos e pela aspiração comum à plenitude na unidade. É também por isso que na comunhão eclesial existem legitimamente igrejas particulares com tradições próprias, sem detrimento do primado da cátedra de Pedro, que preside à universal assembleia da caridade, protege as legítimas diversidades e vigia para que as particularidades ajudem a unidade e de forma alguma a prejudiquem” (LG, n. 13)



Desafios da DIOCESANEIDADE

Janildo de A.



CLERO

- Transferências

Paróquia/Pároco – *para oikia*, literalmente “ao lado da casa” que, por sua vez, traduz-se por “peregrinação, passagem” (cf. 1Pe 1,17).

- Formação dos futuros padres;
- Identidade presbiteral (modelo eclesiológico);
- Reconstrução da própria imagem diocesana ferida pelos inúmeros escândalos surgidos e que afetaram a sua credibilidade;
- Padres não querem “serviços pastorais diocesanos”;



LEIGOS

- Clericalismo (Ultraconservadores);
- Novos devocionismos (“gurus” midiáticos que apresentam modelos eclesiológicos “padrão”);
- Movimentos eclesiais e CPP’s não seguem o Plano Diocesano;



RELIGIOSOS, NOVAS COMUNIDADES

- Indiferença com o Plano Diocesano de Pastoral



ESTRUTURA ECLESIAL



- Alta desigualdade financeira entre as paróquias;

- Desatualização dos diretórios diocesanos e sua aplicação;

- Falta de identificação e “senso de pertença” à Diocese, tanto do clero como dos agentes de pastoral (**história e identidade**) ;
- Não há valorização das pequenas comunidades eclesiais;

OUTROS ASPECTOS:

- Omissão de alguns pastores que não zelam pela boa aplicação das orientações do Papa, das DGAE, do Regional e do Plano Diocesano de Pastoral;

- Gerar mais espaços aos leigos, aos pobres, às mulheres e aos afastados da vida eclesial;
- Repensar o empenho missionário;

MERECE AINDA DESTAQUE:

- Atentar para dimensão da acolhida (“na Igreja há lugar para todos, todos, todos”
– Papa Francisco na JMJ de Lisboa)
;

Como favorecer a diocesaneidade?

PROPOSTAS DO REGIONAL NE 2

(58ª Assembleia de 26 a 28.09.23) :



1. **CONHECER** o rosto da Diocese: sua história, sua geografia, sua estrutura e identidade eclesial e o seu plano de pastoral;
2. **FORMAR** os agentes e os fiéis para o conhecimento e a experiência da diocesaneidade como pertença à Igreja local;
3. **CELEBRAR** em cada Igreja particular o “dia da diocesaneidade”, como manifestação da comunhão e unidade de toda a Diocese.

4. ACOMPANHAR periodicamente o andamento e implementação do **PLANO DIOCESANO DE PASTORAL**, através de avaliações, seminários e outros mecanismos;

5. EDUCAR os responsáveis pela administração e os agentes de pastoral, em todas as instâncias, em vista da corresponsabilidade e da partilha dos recursos materiais, da ética e da transparência no uso dos recursos e na prestação de contas.

6. PROMOVER momentos de formação, o resgate da história da Diocese, favorecendo a consciência de pertença a um mesmo território, na grande comunhão eclesial;

7. INCLUIR na formação dos seminários e na formação continuada do clero e dos agentes o tema da diocesaneidade, estendendo-o às assembleias diocesanas e paroquiais.

Por onde começar?

“A Diocese precisa superar fatores como individualismo, autossuficiência, clericalismo, preconceitos, entre outros, que a impedem de ouvir. Se a Igreja não escuta, ela acaba por ignorar vozes que clamam por participação e visibilidade, **especialmente das minorias e das que vivem na pobreza e na marginalização social**”.

(Documento da Fase Diocesana do Sínodo, p. 5)



1. Suplicar ao Espírito Santo, “Pai dos pobres”, conversão pessoal e pastoral

“À luz do Espírito Santo, precisamos estar abertos às **novas perspectivas**. É preciso dar passos para intensificar a oração pessoal, valorizar a casa e a família como primeira Igreja e primeiro chão, sempre no desejo de escutar e de caminhar juntos. Assim, o mesmo Espírito favorecerá **uma nova consciência**, pois impulsionará uma Igreja em saída, uma Igreja discípula e missionária”.

(Documento da Fase Diocesana do Sínodo, p. 3)

Concílio Vaticano I

Constituição *Dei Filius* (24 de abril de 1870) – 5 vezes

Constituição *Pastor Aeternus* (18 de abril de 1870) – 2 vezes

Concilio Vaticano II

Constituição *Gaudium et Spes* – 15 vezes

Constituição *Lumen Gentium* – 50 vezes

Recordemos como rezamos na Solene Liturgia de Pentecostes: *Veni Pater pauperum*, isto é, pedimos ao Espírito Santo, “Pai dos pobres” que renove a Igreja...



A preferência pelos pobres (*Gaudium et Spes*, n. 1)

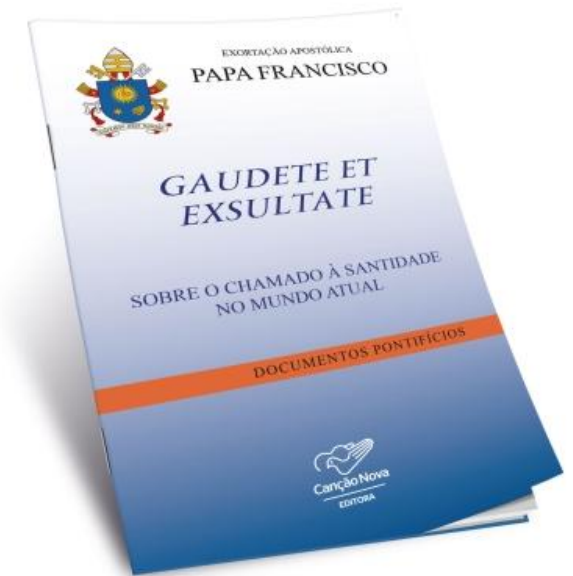
1. As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo.

1. Gaudium et spes, luctus et angor hominum huius temporis, pauperum praesertim et quorumvis afflictorum, gaudium sunt et spes, luctus et angor etiam Christi discipulorum.

A opção «sobretudo» pelos pobres, que introduz a *GS*, é, antes de tudo, a expressão da Igreja que compreende o Espírito Santo como Deus da vida.

Por isso, a Igreja «sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história» (GS, n.1). Isso significa reconhecer o caráter sagrado de toda a vida e defendê-la em todas as suas dimensões, desde suas origens até o seu final; colocar-se ao lado dos que se sentem excluídos (*pauperum praesertim*) e primar por estruturas sociais e econômicas que possibilitem para todos condições de vida digna; buscar alternativas para os pobres, proteger o ente ecológico e cultural da vida sem os quais a vida não pode durar.

“É nocivo e ideológico também o erro das pessoas que vivem suspeitando do compromisso social dos outros, considerando-o algo de superficial, mundano, secularizado, imanentista, comunista, populista; ou então relativizam-no como se houvesse outras coisas mais importantes, como se interessasse apenas uma determinada ética ou um arrazoado que eles defendem. **A defesa do inocente nascituro, por exemplo, deve ser clara, firme e apaixonada**, porque neste caso está em jogo a dignidade da vida humana, sempre sagrada, e exige-o o amor por toda a pessoa, independentemente do seu desenvolvimento. **Mas igualmente sagrada é a vida dos pobres que já nasceram** e se debatem na miséria, no abandono, na exclusão, no tráfico de pessoas, na eutanásia encoberta de doentes e idosos privados de cuidados, nas novas formas de escravatura, e em todas as formas de descarte” (GetE, n. 101)



2. Evitar a “síndrome de Procufo”

“Precisamos traçar linhas de trabalho e ação com vistas a uma formação para uma maior integração entre Igreja e sociedade. Formação qualificada para bispo, sacerdotes, diáconos, religiosos, consagrados, leigos, que lhes dê uma solidez humana, cultural, afetiva, espiritual e doutrinal. Tratando-se das minorias, nota-se um discurso ainda desconectado às ações de acolhida e acompanhamento, evidenciando o contexto fortemente marcado por preconceitos, estigmas, rótulos, machismo e falsa moral”.

(Documento da Fase Diocesana do Sínodo, pp. 4 e 5)



O desejo de reduzir todas as pessoas à sua medida convencional, aos seus delírios de padronização. Se a Igreja for infectada por este espectro, vai defender sempre posições extremadas, que ferem o bom senso, a liberdade e a alegria.

“Tendo sido enviada aos homens de todos os tempos e lugares, a Igreja **não está exclusiva e indissolivelmente ligada** a nenhuma raça ou nação, a nenhum gênero de vida particular, a nenhuma tradição, antiga ou moderna” (GS, n.58)

Para pensar, dialogar e discernir:

O nosso regional Nordeste II propõe um **Ano da Diocesaneidade**, com atividades e celebrações que favoreçam o “senso de pertença diocesana”.

Como poderemos vivenciar esta proposta?